

# LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: BREVE HISTÓRICO DOS ASPECTOS EDUCACIONAIS DOS SURDOS

Geisse Martins

Hugo Silva Ferreira

Vitor Lucas Caldeira

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um compêndio do histórico evolutivo da Língua Brasileira de Sinais - Libras e seus reflexos para toda a comunidade surda no quesito educação para todos. A escolarização deve ser assegurada a todos e por isso, a ação de amparar qualquer disparidade promovida por uma especificidade é fundamental. Este dinamismo reflete na corresponsabilidade dos órgãos e agentes públicos e privados, no contexto legislativo e educacional para capacitação específica em relação à Língua e preparo do ambiente para promoção do ensino/aprendizagem. Como método, foi utilizado pesquisas bibliográficas exploratórias em artigos científicos e livros, com filtros para o tema central deste trabalho. Os resultados mostram-se nefários pelo estado atual do envolvimento e interação das políticas públicas e ações efetivas para integração e inclusão das pessoas surdas no contexto social/educacional, mostrando um desafio para pesquisas mais apuradas do tema para promover soluções e resoluções dos problemas da disparidade social das pessoas.

**Palavras-chave:** Libras; Inclusão Social; Inclusão Educacional; Educação.

## 1 INTRODUÇÃO

Seguindo os aspectos educacionais da surdez, com comparativas em quesitos socioantropológicos e históricos, percebe-se que a comunicação adequada para o público não ouvinte é necessária para a igualdade e inclusão no contexto escolar. A partir desta necessidade, surge a língua brasileira de sinais – Libras.

Não somente isto, como também a Libras apresenta ligação com diversos temas que podem ser trabalhados como por exemplo: a psicologia da educação, as políticas públicas educacionais, a educação e os direitos humanos, dentre outros.

Para nortear esse trabalho utilizou-se a questão de como os aspectos educacionais ligados à surdez surgiram de forma que tornasse necessário a criação de uma linguagem que pudesse possibilitar a inclusão do aluno surdo nas salas de aula, bem como sua aprendizagem pudesse de fato ocorrer sem que este ficasse em um mundo à parte, isolado de seus colegas, uma vez que uma barreira auditiva se tornou presente na vida desse estudante desde sua tenra vida ou mesmo depois por algum acidente sofrido por este.

## 2 O PRIMEIRO INSTITUTO DE SURDOS

Foi com a vinda do professor Édouard Huet, francês e surdo, que a Libras – Língua Brasileira de Sinais começou a ser criada, uma vez que o professor Huet trouxe consigo o alfabeto manual francês. Logo os sinais conhecidos como LSF (Língua Francesa de Sinais) deram origem aos primeiros sinais da Libras. No ano de 1857 foi criado o Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES), localizado no Estado do Rio de Janeiro onde os estudantes de outras cidades utilizavam como dormitório, já que era um colégio interno na época. (MONTERO, 2006)

A autora ainda destaca a importância que esse instituto possui ao formar os primeiros líderes surdos, a divulgação e desenvolvimento da Libras como a língua mãe dos surdos de forma que permitisse sua comunicação e promovesse sua inclusão na sociedade.

O papel dos surdos que viviam no INES – e que se desenvolviam por meio da comunicação da Língua de Sinais Francesa e da Língua de Sinais Brasileira antiga – foi importante, pois de lá partiram os líderes Surdos que vêm divulgando durante muitos anos a Língua de Sinais em todo o país. [...] Em 1873, foi feita a iconografia dos sinais, lançado pelo diretor do Instituto dos Surdos-Mudos, de autoria do aluno surdo Flausino José de Gama. [...] Em 1881, a história narra o fato de Língua de Sinais terem sido proibidas no INES e em todo o Brasil. Como consequência dessa proibição, em 1895, teve o declínio do número de professores Surdos (22%) nas escolas para Surdos e aumentaram os professores ouvintes. (MONTERO, 2006, p. 296).

## 3 OS DESAFIOS DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO SURDO

A Libras então passou a ter importante papel para as pessoas que possuem perda auditiva ou são surdas, seja de nascença ou aquelas que perderam sua audição ao longo de sua vida, sendo também considerada a primeira língua dos surdos, permitindo sua inserção na sociedade e a possibilidade de interagir com os ouvintes.

Antigamente, os surdos eram vistos como motivo de vergonha para suas famílias, por isso eram mantidos acolhidos e mesmo quando vistos estavam em suma acompanhados. A ideia de que o sujeito surdo deveria aprender a comunicar-se pelo método oral sem a realização de gestos era desconexa dos costumes da época. Montero (2006), apresenta a realidade vivida por muitos Surdos quando o assunto era o dilema da comunicação:

A comunicação dos pais com os filhos surdos era muito complexa, pois esses não sabiam a Língua de Sinais e também não a aceitavam; achavam que era “*feio*” fazer “*gesto*” ou “*mímica*” (não Língua de Sinais) como forma de comunicação com sua criança e, conseqüentemente, não aceitavam a língua de sinais como a primeira língua dos surdos. Os filhos Surdos, por sua vez, sentiam-se “isolados” e sem comunicação alguma. Deste modo, muitas vezes criavam “complexos” e/ou ficavam “nervosos”. (MONTERO, 2006, p. 294).

Como várias correntes de ensino foram aplicadas para alfabetizar os Surdos, houve um processo de desnaturalização em relação a Libras, com isso a comunidade Surda se dividiu entre aqueles que eram a favor da Língua de Sinais, do oralismo, e também havia aqueles que eram a favor da comunicação total. Não apenas isto, segundo a autora os próprios surdos não compreendiam sobre a importância da Língua de Sinais, o que tornava difícil a construção de sua identidade cultural como apresentado no trecho a seguir:

Por muitos anos, os próprios surdos não compreenderam a importância da comunicação através da Língua de Sinais para o processo de construção de sua Identidade Cultural, bem como para o desenvolvimento de sua cognição e linguagem. (MONTERO, 2006, p. 294)

#### **4 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA LIBRAS**

Iniciou-se na década de 1980 um movimento mundial liderado pela comunidade de surdos de diversos países com intenção de reivindicar a implantação de políticas públicas que possibilitasse a educação bilíngue do surdo nas escolas tendo que reconhecer a língua de sinais como a primeira linguagem deste, “o direito que as crianças que usam uma língua diferente da língua majoritária, de serem educadas em sua língua”. (SKLIAR, 1999 apud LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012, p. 2), no entanto ainda demorou a chegar ao Brasil este movimento.

As discussões sobre o ensino e reconhecimento da educação bilíngue do surdo deram início no ano de 1990 já que segundo os autores Lodi, Rosa e Almeida (2012) foi o ano que se deu início aos estudos linguísticos sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), com o surgimento destes movimentos foi promulgada a lei de N° 10.436/02, a qual passa a reconhecer a libras como um meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda.

Cerca de quase três anos depois, segundo estes autores, houve o decreto N° 5.626/05 a qual vem regulamentar esta Lei e dispor sobre os processos educacionais bilíngues dos quais envolvem os alunos surdos.

Assegurar a educação bilíngue para surdos requer o respeito a alguns princípios, sem os quais se incorre no risco de um processo que se mantém apenas no plano discursivo. O primeiro deles é a garantia de oportunidades para os alunos surdos desenvolverem linguagem/apropriarem-se da Libras como primeira língua, por meio da interação com interlocutores usuários desta língua, membros da(s) comunidade(s) surda(s) brasileira(s), que devem assumir lugares sociais de pertinência nos espaços educacionais – professores surdos. (LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012, p.2)

Desta forma o governo deve garantir o acesso a uma educação bilíngue que possibilite a inserção do aluno surdo tanto nas escolas quanto na sociedade em que ele vive. No entanto, foi reconhecido pelo Governo Federal que houve poucas mudanças que de fato visavam à

educação inclusiva, até o ano de 2007 segundo os autores Lodi, Rosa e Almeida (2012) nos apresentam.

Neste contexto, em 2007, foi instituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de “rever e sistematizar a Política Nacional de Educação Especial” (Brasil, 2007b: 1). O documento aprovado – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - tem como objetivo valorizar os processos inclusivos “a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação [social] dos sujeitos” (Brasil, 2008: 1). Para este processo, enfatiza a necessidade de uma reorganização estrutural e cultural dos sistemas de ensino, de forma a assegurar o atendimento as especificidades educacionais de todos os alunos. (LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012, p. 3)

Como pode ser observado na citação anterior, tornou-se necessário analisar e estruturar a “Política Nacional de Educação Especial” uma vez que esta vinha deixando a desejar e trazendo poucas e escassas mudanças na educação tanto dos surdos quanto de outras pessoas com deficiências.

Apesar de alguns estudos e observações, a verdadeira educação dos surdos seja na Língua Brasileira de Sinais ou em sala de aula ainda apresenta diversas falhas cujo são necessárias novas revisões e avaliações para a constante melhoria deste ensino em sala de aula. Apesar disso, no ano de 2012 havia duas propostas para a educação dos surdos a quais são:

A primeira, presente nos documentos do Ministério da Educação, defende a matrícula de todos os alunos, incluindo os surdos, no sistema educacional e prevê, como apoio aos processos de escolarização destes estudantes, a presença de tradutores e intérpretes de Libras – língua portuguesa em todos os níveis educacionais e o oferecimento do atendimento educacional especializado, em turno inverso ao período regular de ensino, com a função de complementar ou suplementar a formação escolar recebida (BRASIL, 2008 apud LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012, p 3-4).

Os autores complementam:

A segunda, seguindo o disposto no Decreto 5.626/05 e apoiada pelas lideranças das comunidades surdas brasileiras e por pesquisadores da área da educação de surdos, a implantação de espaços escolares específicos para esses alunos, tendo a Libras como língua de instrução, um currículo escolar que contemple também as especificidades socioculturais e linguísticas das pessoas surdas e um trabalho voltado ao ensino-aprendizagem da linguagem escrita da língua portuguesa como segunda língua. (LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012, p 4)

De certo, a educação dos surdos ainda está sendo constantemente estudada e evoluindo de forma que possa cada vez mais incluir os alunos na educação e não apenas encaixá-los numa sala com alunos “ouvintes”, para que acompanhem os pares de idade, no entanto, torna-se necessário que os próprios educadores busquem estudar o tema para que possam compreender a história e auxiliar seus alunos na caminhada escolar que terão pela frente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais, de como surgiu e qual sua caminhada pela educação pode-se perceber que pouco do caminho foi de fato realizado para que se alcance uma educação real de um aluno surdo comparado ao aluno “ouvinte”. No entanto, comparado ao início dos estudos e do surgimento da Língua de Sinais houve grandes avanços para a educação e reconhecimento do surdo como uma pessoa de direito, tal qual o “ouvinte”, uma vez que este agora além do direito a educação passa a ter direito legal e institucional ao invés de apenas ser escondido por sua família por vergonha deste indivíduo.

Desta forma realizar estas pesquisas e escrever este trabalho foi esclarecedor para seus autores, pois trouxe conhecimentos tanto sobre a Língua de Sinais como sobre o surdo o qual tornou-se cidadão, deve-se lembrar que a educação como tal está sendo sempre revista e melhorada e por isso está sempre em constantes mudanças o que tornou este estudo ainda mais esclarecedor sobre um tema tão importante atualmente para educadores.

Desde então espera-se que o leitor deste trabalho possa não somente ter retirado suas dúvidas sobre o tema como também adquirido conhecimento para sua carreira, ou apenas para seu dia a dia. Lembre-se que todos são pessoas de direitos e deveres não importando se possuem qualquer diferença, ao invés disso deve-se somar junto a todos.

## REFERÊNCIAS

LODI, A.C. B.; ROSA, A. L. M.; ALMEIDA, E. B. de. Apropriação da Libras e o constituir-se surdo: a relação professor surdo-alunos surdos em um contexto educacional bilíngue. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/0cfd4d051631c1ba66ec76d39d537ac8.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

MONTEIRO, M. S. História Dos Movimentos dos Surdos e o Reconhecimento Da Libras no Brasil. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p. 292-302, jun. 2006. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/810/pdf\\_2](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/810/pdf_2). Acesso em: 28 dez. 2020.